



Ata da 12.ª Reunião de Câmara | Ordinária Pública
15 de maio de 2023, 17:00h
Maia, Paços do Concelho

Ao décimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a décima segunda reunião de Câmara, ordinária pública.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
5. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
6. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
7. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
8. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
9. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Estiveram ausentes por motivos devidamente justificados o Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho e a Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, que foram substituídos pelas Senhoras Vereadoras Maria João Neno Escobar e Julieta Maximiana de Sá Maciel, respetivamente.



1. Período de intervenção do público

A Senhora Maria de Fátima Soares da Mota interveio, referindo que estava a viver nuns arrumos cedidos, sem as mínimas condições, implorando ao Senhor Presidente a sua ajuda.

A Senhora Vice-Presidente interveio, dando nota que a Senhora Maria de Fátima Soares da Mota tem estado em contacto permanente com a Dra. Lucília da Espaço Municipal, mas o que tinha para dizer era que no âmbito do concurso de habitação, na primeira edição, a Senhora Maria de Fátima Soares da Mota teve uma classificação bastante significativa 71.54, porque o seu filho tinha passado a residir com os sogros, havendo assim uma alteração da classificação. A Senhora Maria de Fátima Soares da Mota tinha de continuar a aguardar porque em final de junho sairia uma nova classificação.

O Senhor Eduardo da Mota Monteiro Fonseca interveio, referindo que ia falar sobre o que tinha falado da última vez que ali tinha estado, em que o Senhor Presidente tinha referido que nenhuma autarquia tinha o dístico de comerciante, mas existia e tinha sido aprovado em Assembleia no Marco de Canavezes. Mais disse, que também pagava IMI como qualquer proprietário de uma habitação, e ao pagar o IMI era igual a qualquer outra pessoa, não podendo haver discriminação. Também referiu que o Senhor Presidente tinha aconselhado a colocar o carro no parque de estacionamento, tendo o Senhor Eduardo da Mota Monteiro Fonseca lá duas avenças. Dessas duas avenças estava a pagar 81,00 €, mas como tinha que parar o carro por vezes na rua, tinha novamente mais multas, por que nem sempre era possível carregar e descarregar no parque de estacionamento. Acha o Senhor Eduardo da Mota Monteiro Fonseca que os lojistas têm o mesmo direito que os proprietários dos imóveis. Mais referiu que era muito difícil para um comerciante, que produzia e trabalhava para o concelho da Maia, não era muito justo andar sempre a pagar coimas, que era muito dinheiro para um comerciante pagar.

O Senhor Vereador Mário Nuno de Sousa Neves questionou se o Senhor Eduardo da Mota Monteiro Fonseca tinha o dístico de comerciante. Respondeu o munícipe que não. O Senhor Vereador referiu que podia requerer o dístico de comerciante, e tinha direito a estacionamento completamente gratuito em zona parqueada durante quatro horas por dia. O Senhor Eduardo da Mota Monteiro Fonseca referiu que pagava IMI como qualquer outro morador e devia também ter direito a estacionar. O



Senhor Vereador expôs que não podia confundir a situação de residente com a situação de comerciante. Para os comerciantes das zonas abrangidas pelos parcómetros existia a possibilidade dos comerciantes durante quatro horas por dia, o que dava para as cargas e descargas dos vários negócios.

O Senhor Eduardo da Mota Monteiro Fonseca pretende obter um dístico de comerciante, mas com o mesmo tempo que o de residente.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro interveio, referindo que a medida que o município pretendia era contra os interesses dos comerciantes, porque existir lotação limitada de estacionamento nos centros das cidades, nomeadamente na Maia, condicionava o estacionamento para as pessoas que se dirigiam ao comércio ou aos serviços que existiam no centro do concelho. Mais referiu o Senhor Vereador que o que o município tinha ido solicitar era manifestamente contra aos interesses dos comerciantes. O Senhor Vereador aconselhou a Câmara a não mudar a política que tinha, tendo em conta que essa política tem vindo a ajustar-se e a proteger todos, nomeadamente os cidadãos, e agora com a introdução do dístico dos comerciantes permitiu a esses, de uma graciosa, fazer parte da sua atividade ser ter que pagar parcómetros.

O Senhor Presidente referiu que quando disse que não conhecia nenhuma Câmara no País que tivesse o dístico de residente, disse-o porque não conhecia mesmo. O Senhor Presidente solicitou uma prestação de esclarecimentos pelo Diretor Geral da EMEM, Nélson Ferraz, e pela Jurista da EMEM, Maria Luís.

O Senhor Eduardo da Mota Monteiro Fonseca fez um pequeno apontamento, referindo que depois de ter feito o acordo com Dra. Maria Luís, ainda teve mais dois processos em tribunal.

Prestou esclarecimentos de natureza técnica a jurista da EMEM, Maria Luís, referindo que na altura em o Senhor Eduardo da Mota Monteiro Fonseca foi à Empresa, tinha sido alertado para o facto de terem sido distribuído mais umas certidões em Tribunal, o que não obstou a que fizessem efetivamente o acordo em prestações relativamente aos processos que ainda estavam na EMEM, mas sabia que tinha dois processos em tribunal.

Prestou também esclarecimentos de natureza técnica o Diretor Geral da EMEM, Nélson Ferraz, referindo que a Empresa estava a fazer um gesto de boa vontade,



porque não estava sequer previsto o pagamento em prestações das coimas que eram oriundas do Tribunal, mas entendiam a dificuldade de toda a gente e facilitavam o pagamento em prestações. Importava dizer que a Empresa Metropolitana de Estacionamento existia para gerir a mobilidade da cidade. Se fossem a distribuir cartões de comerciante na mesma modalidade de residentes, o número a atribuir era largamente superior ao número de lugares disponíveis. Mais referiu que existiam duas modalidades virtuais de pagamento, através da via verde, em que dava o tempo que quisesse assim que entendesse renovar, ou através da E-Parque com pré-pagamento que desconta conforme vai usando; para além disso, os agentes de fiscalização estavam sensibilizados para uma função muito importante, que era a questão de “para contribuir e não para destruir”, dando sempre uma margem de tempo razoável para as pessoas aparecerem e colocarem o respetivo talão. Neste momento atribuir cartões de comerciante, nesta cidade, não havia lugares para tanta gente. Relativamente ao procedimento de contraordenação, todos os infratores eram notificados pelos dados que contavam na conservatória de registo automóvel. Depois de identificado, o proprietário recebe em casa uma carta com aviso de receção, se não levantar a carta deixa-se passar vinte dias e é notificado por uma carta simples, e a carta simples cinco dias depois passa para as mãos do Tribunal.

O Senhor Eduardo da Mota Monteiro referiu que tinha havido um problema na Maia a nível dos CTT, porque não tinha sido notificado pelo facto de os Correios terem outras pessoas que não conheciam a Maia, em vez da habitual, trocando a correspondência.

O Senhor Presidente em conclusão, referiu que, e por tudo o que tinha sido exposto, a Câmara não via razão para alterar o que estava bem.

2. Período de antes da ordem do dia

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, relativamente à atribuição de licenças de táxis, que já tinha sido homologado, solicitando o ponto de situação naquele momento.

O Senhor Vereador Mário Nuno de Sousa Neves respondeu que estava em fase concurso. O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho achava que não. Seria esse o próximo passo.



O Senhor Presidente deu nota que o processo foi moroso porque os taxistas demoraram a responder e a enviar os documentos em razão de não terem as licenças atualizadas.

3. Aprovação da ata da quinta reunião de Câmara ordinária de seis de março de dois mil e vinte e três

Adiado.

4. Concessão de benefícios públicos dois mil e vinte e três | Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingo da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 17 639/23

Adiado.

5. Concessão de benefícios públicos dois mil e vinte e três | Fábrica da Igreja Paroquial de Corim (Festas em Honra de Santo António de Corim)

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingo da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 17 310/23

Adiado.

6. Atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de S. Pedro Fins para as obras de requalificação e restauro do Coreto, sito no Largo do Souto

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 15 066/23

Adiado.

7. Celebração de um contrato-programa entre o município da Maia e a Freguesia de Milheirós, tendo em vista a atribuição de apoio financeiro para a aquisição de quarenta e dois novos ossários a instalar no cemitério n.º dois



Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 8076/23

Adiado.

8. Participação financeira a atribuir à Santa Casa da Misericórdia da Maia, para aquisição de uma máquina secadora de roupa semi-industrial para o Centro de Dia e Creche Pré-Escolar de Pedrouços e de dois ventiloconvectores para duas salas da Creche Pré-Escolar de Milheirós

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingo da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 17 393/23

Adiado.

9. Concurso público, com publicitação Internacional ao abrigo da alínea a) do n.º um do artigo vigésimo do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual: Proc. duzentos e cinquenta/dois mil e vinte e dois, fornecimento de refeições transportadas e refeições de confeção local para Jardins de Infância e Escolas do Primeiro, Segundo e Terceiros Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário da rede pública do concelho da Maia e ainda para as Férias Desportivas Municipais, pelo prazo de trinta e seis meses

Informação emanada pela Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º 4973/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento e autorização para realização de despesa, **aprovada por unanimidade.**

10. Proposta de aprovação de “Ato de Imposição de Serviços Mínimos de Transporte” – Primeiro semestre de dois mil e vinte e três

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador dos Transportes e Mobilidade, Cultura e Conhecimento, Segurança, Proteção Civil, Fiscalização e



Planeamento Territorial, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 19 076/23

Adiado.

11. Ratificação do ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de alteração das minutas de Protocolo de Cooperação com a Santa Casa da Misericórdia da Maia e com a ASMAN – Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova, com vista à operacionalização do serviço de atendimento e acompanhamento social

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingo da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 21 327/23

Adiado.

12. Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo da Maia

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 21 895/23

Apresentação do documento pelos consultores do Município, Professor Dimas Pinto e pelo Professor Juanma Murua.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro interveio, dando nota que elaborar este plano estratégico foi um projeto difícil, porque de facto a Maia há muitos anos que era uma referência no desporto, e o trabalho que veio sendo feito até hoje colocou a Maia num patamar em que não podiam apresentar um plano estratégico qualquer, tinham que apresentar um plano estratégico ambicioso e que fosse condizente com os padrões que a Maia tinha no desporto. Comandaram uma equipa do Dr. Juanma Murua, em conjunto com a equipa do desporto da Câmara Municipal, com as Associações que foram dando um conjunto de dados e ideias, que



foram colocadas naquele documento. Era um documento que iria permitir ter a capacidade de dar o seguimento certo e, continuar a permitir que a Maia fosse de facto líder naquilo que era a estratégia desportiva municipal no País, e do melhor que se fazia na Europa.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que a análise era larga, e a questão que via era que estava visto que havia falta de espaços, nomeadamente piscinas, campos de jogos. A questão que o Senhor Vereador encontrava era que esses espaços faziam falta e onde, era uma das coisas que o Senhor Vereador achava que devia estar assinalada no plano estratégico.

O Professor Dimas Pinto respondeu que relativamente às principais falhas, piscinas e pavilhões, como já estavam previstas, e as que estavam previstas relativamente a essas tipologias já respondiam significativamente às necessidades que existiam e naquele momento, com isso, havia uma resposta. Havia uma carência hoje e precisavam de trabalhar mais naquilo que era o espaço exterior, por exemplo: os percursos pedestres, as ciclovias, os espaços públicos de proximidade, mesmo nesses percursos pedestres e que estavam a ser trabalhados de uma forma muito integrada com as questões do turismo. Que não se faça um percurso pedestre por fazer, mas que faça a passar em pontos que eram identidade cultural da Maia, e por isso combine as questões físicas com as questões culturais.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino de Costa Ribeiro mencionou que havia no plano um quadro que dizia que a distribuição dos espaços era equitativa e equilibrada. Caso assim não fosse, o plano tinha de dizer que em determinadas zonas não havia.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho referiu que de Gueifães para norte, que correspondia a mais de metade da Maia, não havia piscinas. Os jovens queriam competir, os idosos queriam usar e não tinham. Estava o Senhor Vereador a analisar o mapa, e pensava que já estavam sinalizadas essas ideias previstas

O Professor Dimas Pinto referiu que havia um mapa síntese que dizia que mesmo em termos de piscinas, uma percentagem muito elevada estava no máximo a quinze minutos de uma piscina. Dificilmente encontravam um concelho onde a



população tinha tão próximo, ou a pé, ou de bicicleta, tantas instalações disponíveis e tão variadas.

O Senhor Vereador António José Ferreira Peixoto interveio, referindo que por vezes se esqueciam dos idosos que não tinham transporte, que não podiam ir numa bicicleta.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino de Costa Ribeiro referiu que existiam os transportes a pedido que podiam ser usados. Mais referiu que também tinha sido pensado criar uma rede própria de transportes.

O Professor Dimas Pinto referiu que 86% da população da Maia vivia a menos de quinze minutos a pé de um polidesportivo, e 91% tem um ginásio ou sala. Praticamente 100% da população da Maia vivia a menos de quinze minutos de bicicleta de uma piscina, o que comparado com outros concelhos era muito difícil de encontrar.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho referiu que onde vivia não tinham hipótese nenhuma, não sabendo onde tinham ido buscar os quinze minutos, questionando se uma mini piscina privada contava.

O Professor Dimas Pinto referiu que as opções que contavam eram as que estavam abertas ao público, e a que o público podia aceder.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho mencionou que 74% dos clubes ouvidos queixavam-se que não tinham espaço de horas para treinar.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino de Costa Ribeiro deu nota que uma coisa era o que os clubes diziam, outra coisa era a realidade. Esse número só se devia à política que a Câmara Municipal tinha de apoiar as coletividades. Como apoiava com subsídio financeiro, apoiava com as instalações e apoiava com pagamento das inscrições dos escalões de formação nas Associações de Futebol, Andebol e Basquetebol, não custava nada criar mais escalões porque isso era mais dinheiro para a coletividade. Na realidade, o que sabiam era, primeiro: o índice prático desportivo da população era o dobro da média nacional, o número de federados era superior à média nacional; portanto, se na Maia faltava, o que seria no resto do País.



Naquele dia, qualquer miúdo da Maia que quisesse fazer um desporto federado, nas modalidades que haviam, e eram mais de trinta, encontrava de certeza oferta no concelho, não ia ficar privado dessa oferta por falta de instalações.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho referiu que 74% diziam que tinham défice de horas, e o que diziam ao Senhor Vereador, era que o défice de horas era entre as seis e as oito horas, que eram as horas para os jovens. Se o défice fosse das dez horas para cima que eram os seniores, aí os seniores treinavam às horas que fossem. Agora, o Senhor Vereador estava a falar em jovens, porque o défice reportava-se aos jovens, e a Câmara tinha que estar atenta. Face a isto, questionou o Senhor Vereador quantos recintos tinham que ser feitos.

O Professor Dimas Pinto respondeu que se tornava insustentável. Porque onde havia carências era no espaço das seis e meia até as oito e meia da noite, como o Senhor Vereador tinha dito. Não podiam construir instalações que iam estar ocupadas hora e meia e depois iam estar vinte e duas horas por dia desocupadas, tinham que pagar o custo daquele funcionamento total.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho mencionou a falta económica de que se queixavam todos, mas isso era uma questão crónica, questionando qual era o número mágico que eles diziam que necessitavam para serem autossustentáveis.

O Professor Dimas Pinto respondeu que a questão era que tinham que ajudar os clubes a atualizarem-se, a requalificarem-se. Ficaram completamente fechados na atividade federada, e estava a falar daqueles que eram a minoria, mesmo a Maia, tem 7%. Portugal estava na cauda da Europa porque só 23% da população fazia desporto, e só 4% eram federados. Normalmente todas estas políticas têm andado muito viradas só para aqueles 4%, quando se quiserem melhorar a qualidade de vida, intervir na saúde, tinham que atuar principalmente nos outros. Os clubes que estavam a ter sucesso hoje, eram clubes que efetivamente perceberam que tinham que ter impacto na qualidade. Alguns destes clubes responderam a alguns problemas de sustentabilidade, como o problema dos pais e dos avós que têm tempo para estar hora e meia a duas horas à espera, e os clubes que estavam a triunfar hoje criaram atividades paralelas, o que criava sustentabilidade. O problema



dos clubes foi que se habituaram a quando tinham dificuldades, a pedir mais subsídios à Câmara, e este tipo de filosofia é que tinha que mudar. Mais referiu que havia um programa que propunham, que era a abertura das escolas; andavam sempre a queixar-nos que não havia espaços, informais, e havendo mais tempo livre ao fim de semana as escolas estavam fechadas.

A Senhora Vereadora Maria João Neno Escobar interveio, a título de sugestão, referindo que havia muito pouca mentalidade das escolas em apoiarem, e não tinham essa recetividade, do apoio escolar a ser dado às crianças. E dependendo um pouco das modalidades, porque nem todas as modalidades obrigavam à prática do desporto no mesmo número de horas. A Senhora vereadora conhece a realidade da natação e os miúdos em tenra idade se quiserem competição treinam todos os dias hora e meia por dia a partir dos 12 anos. E existia muito pouca mentalidade por parte das escolas em apoiar esses atletas, nomeadamente em dar apoio escolar fora do horário escolar, porque também tinham provas e tinham de faltar à escola e precisavam dessa ajuda, as UAARE apesar de existirem, muito do trabalho que faziam era adequar única e exclusivamente o horário das crianças à prática do desporto, e depois todo o resto do apoio era bastante omissivo.

O Professor Dimas Pinto referiu que os atletas que estavam em seleções nacionais ou em seleções olímpicas e pré-olímpicas, era os que entravam nas UAARE, e o que era preciso a nível local exigia uma grande colaboração das áreas, nomeadamente com as escolas e com o próprio desporto escolar que tem estado muito abaixo para o desenvolvimento, mas o desporto federado também, e o que tinha que acontecer era uma pouco dessa filosofia das UAARE, de forma simplificada, os que estavam no rendimento, as suas escolas deviam integrar classes que tivessem horários que permitissem treinar.

A Senhora Vereadora Julieta Maximiana de Sá Maciel interveio, referindo que o Professor Dimas Pinto estava muitíssimo bem preparado, dando os Parabéns. Era claramente muito conhecedor destas temáticas, endereçando os parabéns a todos, porque a Maia no desporto tinha tudo a mais do que os outros, no entanto, era muito desafiante o que estava a propor, e era ambicioso, mas era exequível. Mais disse que no slide n.º 115, onde dizia “o âmbito informacional desenvolver canais para fluxo de informações sobre alternativas desportivas”, era a parte mais bonita da



apresentação. A Senhora Vereadora, a título de sugestão, referiu a importância de recolher a informação do que se ia executar, para medirem o impacto e verdadeiramente medirem o impacto, e se realmente a Maia já era reconhecida em termos nacionais como um concelho saudável, pelo desporto acima de tudo, pela educação, essa medição era a parte mais importante do projeto. Medir o impacto a cinco anos prospectivamente e compará-lo retrospectivamente, mas fazê-lo prospectivamente a partir da implementação deste projeto, era a parte mais importante. Na medicina, nas ciências, só se avançava se medissem o impacto. Medir o impacto e cruzá-lo com os cuidados de saúde primária, que tinha a vertente da prescrição da atividade física, era a parte mais importante. A Senhora Vereadora deixou esta sugestão, porque era a parte mais importante de qualquer projeto. Era tão importante, para que no futuro os jovens tivessem as atitudes certas e corretas mesmo nos seus projetos futuros. Era um projeto que ia ser implementado, muito desafiante, muito ambicioso que ia com certeza pôr a Maia num patamar ainda mais elevado. A Senhora Vereadora deixou um apelo, para haver cruzamentos de informação com várias entidades de saúde, nomeadamente com hospitais e com centros de saúde, ficando tudo baseado em evidências.

Depois de submetida a discussão e votação foi o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo da Maia, **aprovado por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual

13. Fixação de preços para peças artesanais (bonecas Maiatas) e imans cerâmicos

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Competitividade Económica, Relações Internacionais e Turismo, Paulo Fernando de Sousa Ramalho – registo n.º 21 787/23

Adiado.

14. Postura de trânsito na Rua Dr. Manuel Ferreira Ribeiro, na freguesia de Pedrouços



Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 21 772/23

Adiado.

15. Postura de trânsito na Rua Velha de Mandim, na freguesia do Castelo da Maia

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 20 684/23

Adiado.

16. Pedido de isenção de taxas de licença especial de ruído – Associação de Estudantes da Universidade da Maia

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 17 765/23

Adiado.

17. Pedido de isenção de taxas de licença para desfile religioso – Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Barca

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 17 765/23

Adiado.

18. Pedido de isenção de taxas de licença especial de ruído – Festas da Nossa Senhora da Saúde – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Faustino de Gueifães

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 16 786/23

Adiado.



19. Processo de operação de loteamento n.º três mil setecentos e quarenta/vinte e dois, em nome de Enigmatic Destiny – Atividades Imobiliárias, Lda.

Adiado.

20. Processo de obras n.º novecentos e trinta e quatro/vinte e um, em nome de Sá Couto & Monteiro, S.A.

Adiado.

21. Processo de obras n.º dois mil cento e noventa/vinte e dois, em nome de Status Guilherme Teixeira – Maia, Lda.

Adiado.

22. Relatório de atividades do primeiro trimestre do Projeto “Urbaniza-te” (Sexta Edição) – Plano de Intervenção do Contrato Local de Segurança do município da Maia

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereador do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 17 525/23

Adiado.

23. Balanço à Tesouraria da Câmara Municipal da Maia (abertura do dia três de abril de dois mil e vinte e três)

Adiado.

24. Resumo diário da Tesouraria

Informação emanada do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 23 163/23

Adiado.



A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas vinte horas e dezasseis minutos o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por quinze (15) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 15 de maio de 2023